

A escrita da História da Lusitânia romana hoje: métodos, documentos e conceitos

Writing the History of the Roman Lusitania today: methods, concepts and documents

LE ROUX, P. Os territórios romanos de Portugal no Alto Império. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, suplemento 19, 2015.

Tatiana Bina*

Recebido em: 22/08/2014
Aprovado em: 30/09/2014

O presente texto tem por objetivo apresentar ao público leitor de língua portuguesa a publicação de uma obra de Patrick Le Roux, professor emérito da Universidade Paris XIII, reconhecido epigrafista, e por décadas redator da *Année Épigraphique*. Suas pesquisas sobre a Lusitânia Romana o colocaram como uma figura essencial sobre o tema, tendo sido já homenageado inúmeras vezes por seus pares. *Os territórios romanos de Portugal no Alto Império* não é o primeiro título de Le Roux em território brasileiro: o livro *Império Romano*, publicado pela LPM, em 2009, tradução de *L'Empire Romain*, o precede.

A obra, publicada como um suplemento da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, é uma tradução, em língua portuguesa, de uma obra inédita, fruto de um curso e um seminário ministrados por Le Roux na mesma instituição entre os dias 15 e 19 de abril de 2013. A tradução levada a cabo pelo Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP) do MAE/USP tem como

* Doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Fleming. Bolsista da Capes.

objetivo acrescentar mais um título em português às escassas obras no campo dos Estudos Clássicos, de forma a que professores e estudantes no Brasil possam ter acesso às discussões em curso no tocante à Lusitânia romana.

O estilo do autor não é trivial, antes, de extrema erudição e amplo domínio do tema, e o livro não traça uma “história linear” da Lusitânia romana. Os capítulos se organizam a partir das questões historiográficas e pesquisas em curso. Em um tipo de narrativa como essa, o autor dialoga com o seu leitor de maneira inteligente, incitando-o a formular suas próprias considerações a respeito dos assuntos. Como é corrente na historiografia francesa, o autor apresenta seus documentos, analisa-os e torna esse procedimento a base da formulação do seu livro. Poder-se-ia supor que essa é uma maneira banal de proceder, contudo, nem sempre é assim.

Na introdução, Le Roux usa uma palavra que transforma em conceito, não apenas no corpo do texto, mas como uma maneira de proceder em relação ao passado: distância é o termo que resume a posição geográfica e ideológica entre os contemporâneos e os antigos, entre o Brasil e a Roma imperial. É também o instrumento de trabalho essencial ao pesquisador, distância que se transforma em distanciamento. Le Roux retoma o trabalho do historiador como a descrição do passado, a visão e a revisão dos documentos segundo ele próprio, não por ser favorável ao neo-positivismo, mas em favor da História como ciência.

É a partir dessa perspectiva que a Lusitânia romana é montada; o espaço, a história, o povo não são conceitos pré-existentes ou reproduzidos a partir de uma historiografia anterior. A partir das fontes, a organização do território, a conquista e estabilização da Lusitânia e seu quadro político, administrativo e comercial são formulados e repensados. O autor não busca modelos, ele quer evidenciar as particularidades. A História aqui é sempre única, inédita, irrepetível e incomparável.

O segundo capítulo, dedicado a Estrabão, visa a pôr o leitor logo no início a par da principal fonte sobre a Ibéria na época; os aspectos abordados então são vários, relativos à sua história, à obra em si e ao tipo de leitura que o autor da *Coreografia* oferece, esclarecendo a maneira como o faz, a partir do seu contexto e do complexo embate entre a leitura helênica e romana, sem esquecer, para isso, de acrescentar dados arqueológicos.

Por ordem de importância na obra, a fonte a ser tratada em seguida é precisamente a especialidade do autor, as inscrições. É a partir delas que um retrato das

mudanças sociais pode ser feito e não só; é sem dúvida na epigrafia que está o coração da obra, onde as transformações urbanas, cívicas, culturais e religiosas conseguem ser capturadas. Contudo, os problemas surgem na medida em que os fenômenos registrados pela epigrafia devem ser não apenas levantados e apresentados, mas também compreendidos. Sua solução para essas questões passa longe do simplismo e encontra nos “pressupostos complexos” uma maneira de se embrenhar na contenda.

Olisippo é o tema de seu próximo capítulo, de número quatro; para além das fontes já citadas, o autor ainda faz uso da onomástica para fazer seus leitores conhecerem não Lisboa, mas a cidade do Império Romano cuja documentação e sua importância futura iriam justificar um sem número de estudos sobre essa que não era a capital da Lusitânia (a capital era, na verdade, Mérida). A escolha de Olisippo, como o autor irá informar na conclusão, serve, então, a uma desconstrução, a mostrar como sua história é banal e não excepcional. Talvez seja por isso que é no cotidiano, sobretudo civil, que Le Roux finca seu interesse. À diferença dos demais capítulos, aqui as questões suscitadas pelas fontes epigráficas são apresentadas em seus pormenores e igualmente de maneira excepcional; este capítulo traz um apêndice com documentos epigráficos já publicados que exemplificam e esclarecerem as questões tratadas. Por essas razões, talvez seja o mais proveitoso para discussões em sala de aula.

O último capítulo visa a esclarecer questões ainda não debatidas ao longo dos demais. Trata-se de responder a uma provocação feita ao autor em um simpósio conjunto com os membros do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP) e do Laboratório de Estudos do Império Romano (LEIR-MA-USP). A romanização, termo tão em voga na historiografia inglesa, raramente é uma questão para os autores franceses. Para os leitores provenientes de contextos coloniais, onde a romanização, bem como outros termos do debate pós-colonial, se tornam parte do vocabulário cotidiano das suas pesquisas, essa posição causa, no mínimo, estranheza. Le Roux é uma das raras exceções; bem inteirado dos debates contemporâneos, ele entra no debate para fornecer uma alternativa para o tratamento do problema. Seu último capítulo, intitulado “A palavra ausente: ‘romanização’”, visa a explicar a inexistência do termo ao longo da obra, bem como defender uma posição. Para ele, indo na trilha de seus antepassados, “romanização” é um termo anacrônico, usado hoje na tentativa da compreensão do passado a partir dos nossos termos e não no dos antigos, na medida

em que esse e outros termos estariam revestidos de um caráter ideológico, em grande medida pautados pela questão do “Império Romano” como equivalente aos impérios modernos e contemporâneos, no embate *a posteriori* entre provinciais e colonizadores.

Com certeza, o capítulo sobre a “romanização” será o mais debatido entre os leitores brasileiros; as posições e influências intelectuais diversificadas irão provavelmente suscitar as reações mais diversas a essa obra, o que por si só já torna sua leitura relevante. E mesmo os que discordarem radicalmente de sua posição terão de reconhecer a sua coerência; a explicação da ausência do termo só aparece no fim, quase como um adendo à conclusão, uma explicação a uma posição primordial à obra que serve para provar como é possível trabalhar, e bem, levantando e tratando de questões atuais, sem que “romanização”, “helenização” e outros termos sejam uma pedra no meio do caminho ou seja necessário criar lacunas para tanto.

A História que Le Roux defende, da qual participam ativamente a Arqueologia e a Epigrafia, é aquela tantas vezes esquecida e abandonada do rigor para com o passado. Trata-se de um elogio à História, como disciplina intelectual, na qual seu artífice de maneira quase sagrada deve manipular os documentos de maneira justa e honesta, atendo-se apenas ao que os homens do passado nos legaram. Para os estudantes de história de qualquer área, a obra certamente servirá como um exemplo de como assumir uma posição e se manter coerente a ela.

O modelo de trabalho de Patrick Le Roux remonta à maneira mais tradicional de se fazer História, objetivo hoje do qual podem ser considerados seus prós e contras. Entre as atitudes positivas está a devoção à fonte, o imperativo de o pesquisador ler a sua fonte ele mesmo, como se fosse a primeira vez que esse procedimento fosse feito, de maneira que sua leitura seja a chave de compreensão da historiografia, que deve ser vista depois da leitura feita e como maneira de se propor algo efetivamente inédito.

Uma crítica mais pós-contemporânea pode argumentar que a busca pelos “fatos” do passado que norteariam o trabalho do historiador pautado pelo real não tem sentido, na medida em que, mesmo quando se trabalha com crônicas ou outros documentos que visam a relatar um fato e acontecimento, a narrativa mesma dos próprios contemporâneos já é uma interpretação: buscar os “fatos”, o “real”, é uma tarefa que poucos hoje acreditam ser possível. Em sua defesa há que salientar que a epigrafia, ainda mais de lápides e túmulos, é um tipo de fonte que fornece informações objetivas, como idade de morte, proveniência, sexo, profissão, relacionamentos

familiares e profissionais, embora nem sempre representativas quantitativamente, a não ser em casos de escavações sistemáticas em uma delimitação territorial a ser necessariamente salientada.

Por fim, sua conclusão delibera em favor de um movimento cíclico. A distância é reafirmada e já agora ela não o é apenas isso, é também estranhamento, exotismo. O mundo romano é muito mais divergente do que convergente. O olhar que nos é exigido é o de outro mundo e, porque não o dizer, para traçar um paralelo com o público brasileiro para quem o livro foi pensado, um “Novo Mundo”? O olhar que o historiador deve ter sempre para o seu objeto se quer exercer de maneira científica seu trabalho, tal como o quer Patrick Le Roux.

Agradecimentos

Agradecemos ao Professor Dr. Gilvan Ventura da Silva e ao Me. Thiago Brandão Zardini pela gentileza de publicarem esta apresentação da obra em questão na seção de resenhas de *Romanitas*. Embora isso não seja comum, a autora deste texto, sendo também a tradutora da obra, não poderia ela mesma tecer comentários sobre a versão da língua francesa, o que se espera que seja feito pelos eventuais leitores.